

COMITÉ REGIONAL PARA A ÁFRICA

ORIGINAL: INGLÊS

Septuagésima primeira sessão
Sessão virtual, 24 a 26 de Agosto de 2021

Ponto 9 da ordem do dia provisória

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE FINANCIAMENTO
SUSTENTÁVEL**

1. O Grupo de Trabalho sobre Financiamento Sustentável realizou a sua terceira reunião, em formato virtual, de 23 a 25 de Junho de 2021, que foi presidida pelo Sr. Björn Kümmel, da Alemanha, com os seguintes vice-presidentes: Sr. Iddrisu Yakubu, do Gana, Sr. Raúl Vargas Juárez, do México, Sr.^a Mouna Mcharek Hadiji, da Tunísia, Sr.^a Meutia Hasan, da Indonésia, e Sr.^a Bronwyn Field, da Austrália. A sessão contou com a participação de 82 Estados-Membros e uma organização de integração económica regional.
2. O Grupo de Trabalho deu início aos trabalhos com a apresentação do Presidente da Comissão Consultiva Independente de Peritos em Supervisão (IEOAC), que sublinhou a necessidade premente de abordar a questão do financiamento da OMS. O Grupo de Trabalho foi lembrado das recomendações do Grupo Independente de Preparação e Resposta à Pandemia (IPPPR), que consistiam em estabelecer a independência financeira da OMS com base em recursos não destinados a fins específicos, aumentar as contribuições fixas dos Estados-Membros para dois terços do orçamento para o programa de base da OMS e dispor de um processo de reaprovisionamento de fundos organizado para o remanescente do orçamento.
3. O Presidente da IEOAC apresentou dois cenários de trabalho para demonstrar as recomendações do IPPPR em termos práticos, nomeadamente, adoptando uma abordagem rápida (alcançando a meta em 2022/2023) ou uma abordagem lenta (alcançando a meta em 2026/2027). Foram realçadas as vantagens da reforma do financiamento da OMS para cada Estado-Membro, incluindo o alinhamento dos recursos e do orçamento-programa; a melhoria da qualidade do desempenho da OMS; a salvaguarda da OMS em situações de influência indevida; e o aumento significativo da eficiência. O Grupo de Trabalho foi convidado a apreciar a proposta e os cenários apresentados.
4. O Chefe do Secretariado do IPPPR explicou em seguida as recomendações do IPPPR. Foram apresentados os principais desafios que a OMS enfrenta devido ao seu modelo actual de financiamento, incluindo problemas relacionados com os elevados custos das transacções, a qualidade do desempenho da OMS, as contratações e a integridade e independência do trabalho da Organização. Foram também partilhadas ideias para potenciais princípios orientadores, incluindo: órgãos directivos a assumirem responsabilidade pela estratégia, prioridades programáticas e financiamento; todos os Estados-Membros a terem uma voz igual; integridade e independência; baixos custos de transacção; e forte responsabilização por resultados e recursos.

5. A Dr.^a Matshidiso Moeti, Directora Regional da OMS para a África, dirigiu-se ao Grupo de Trabalho e frisou o impacto que o financiamento sustentável teria nos países africanos, incluindo o retorno positivo dos investimentos. O aumento da disponibilidade de fundos flexíveis na Região traria muitas vantagens, que poderiam ter um impacto directo na capacidade da Organização em focar os esforços nos países onde estes são mais necessários.

6. As apresentações dos representantes da IEOAC, do IPPPR e da Directora Regional da OMS para a África foram seguidas de debates enriquecedores sobre as questões técnicas. Em referência aos cenários apresentados pelo Presidente da IEOAC, foi destacada a necessidade de garantir o cumprimento integral da escala de avaliação das Nações Unidas. Foi mencionado que os “focos de pobreza” resultaram directamente do financiamento sustentável insuficiente e da dependência excessiva nas contribuições voluntárias, que seriam reduzidas caso fosse aumentado o financiamento sustentável.

7. Durante o debate, o representante do IPPPR explicou que a escolha dos dois terços como a proporção do orçamento de base a ser financiado pelas contribuições fixas assentou no princípio de uma reforma de fundo do financiamento da OMS e no princípio de que a maioria do financiamento da Organização deve provir dos Estados-Membros. O debate evidenciou que o princípio do orçamento integrado da OMS deverá ser respeitado e ser financiado de forma integral e sustentável. Salientou-se que um aumento do financiamento sustentável conduziria a uma redução dos custos de transacção e contribuiria para ganhos em termos de eficiência. Foi sugerido que a responsabilização, a transparência e as funções facilitadoras dependem totalmente do financiamento sustentável e que um dos retornos sobre o investimento será uma OMS mais robusta e responsável. O Grupo de Trabalho recordou os modelos bem-sucedidos de reaprovisionamento de fundos da GAVI, a Aliança para as Vacinas, e do Fundo Mundial de Luta contra a SIDA, Tuberculose e Paludismo, e observou que um potencial modelo de reaprovisionamento da OMS teria de ser baseado nos princípios da flexibilidade e previsibilidade das contribuições voluntárias a médio e longo prazo.

8. O Dr. Mike Ryan, Director Executivo do Programa da OMS para as Emergências Sanitárias, dirigiu-se ao Grupo de Trabalho para apresentar os mecanismos de financiamento para o Programa e alguns dos desafios ao seu financiamento. O aumento da dependência nas contribuições específicas foi discutido, assim como o elevado grau de concretização de operações de emergência pelo programa central, que se viu condicionado pela falta de financiamento flexível. Em geral, o financiamento actual do Programa da OMS para as Emergências Sanitárias não permitiu alcançar o pleno potencial do Programa.

9. A Dr.^a Mariângela Batista Galvão Simão, Directora-Geral Adjunta do grupo orgânico de Acesso a Medicamentos e Produtos de Saúde, dirigiu-se ao Grupo de Trabalho e descreveu alguns dos benefícios do financiamento sustentável para o trabalho técnico relacionado com o acesso aos medicamentos e produtos de saúde. A melhoria do financiamento sustentável permitiria ao pessoal técnico focar a sua atenção no seu trabalho técnico e fazer o melhor uso das suas competências altamente especializadas, uma vez que precisam actualmente de dedicar uma parte significativa do seu tempo à angariação de fundos e à gestão de centenas de pequenos acordos com doadores. Foi salientado que o financiamento sustentável apoiaria a integridade, a imparcialidade e a independência da Organização.

10. O Grupo de Trabalho voltou a discussão para as potenciais vantagens do financiamento sustentável, com a apreciação específica da proposta do IPPPR. Muitos Estados-Membros tomaram a palavra para salientar os potenciais benefícios, tais como a retenção do pessoal qualificado graças à

disponibilidade de financiamento previsível; a garantia de um melhor equilíbrio entre os programas e os escritórios regionais; a eliminação da concorrência pelos fundos entre os diferentes departamentos e níveis da Organização; a capacidade de proporcionar ao pessoal técnico focar-se um ambiente de trabalho mais produtivo; e a redução dos custos de transacção para os Estados-Membros e o Secretariado. Em geral, o consenso no seio do Grupo de Trabalho foi de que o aumento do financiamento sustentável seria benéfico para todos.

11. O Grupo de Trabalho virou a sua atenção para os potenciais desafios previstos no contexto da implementação de uma proposta como a recomendada pelo iPPPR. O Grupo de Trabalho foi convidado a considerar o que mais os Estados-Membros precisariam da parte do Secretariado para se chegar a acordo quanto a um aumento considerável das contribuições fixas, tal como recomendado pelo IPPPR. Neste sentido, o Grupo de Trabalho indicou a necessidade de entender como é que o aumento dos fundos seria directamente aplicado no seio da OMS e de haver clareza em torno do que seria financiado através das contribuições fixas, por comparação com o financiamento a partir de um processo de reaprovisionamento. Foi também realçada a necessidade de se prestar apoio a toda a OMS, incluindo os escritórios regionais e de país, para garantir um impacto ao nível dos países. Alguns membros do Grupo de Trabalho sugeriram que um potencial aumento das contribuições fixas seja introduzido de forma gradual e realçaram a necessidade de considerar tal aumento no âmbito mais abrangente do contexto das Nações Unidas, ao mesmo tempo que se reconhece que um longo período de transição poderá continuar a pôr em perigo o financiamento sustentável da OMS. Outros Estados-Membros sugeriram que o estabelecimento de contribuições fixas com base no produto interno bruto poderá não ser a abordagem mais adequada, mas reconheceram a necessidade de moderar qualquer crescimento adicional de uma forma que reflecta as condições económicas e as prioridades prevalentes. Os restantes Estados-Membros indicaram que, com as discussões orçamentais em curso, um aumento das contribuições fixas em 2022 poderá não ser viável e realçaram os benefícios do alinhamento com os ciclos orçamentais da OMS. Foi também salientado que os desafios incluíam os mecanismos de financiamento disponíveis ao nível nacional, assim como os requisitos legislativos de comunicação de informações para as suas contribuições financeiras à OMS.

12. O Grupo de Trabalho discutiu a necessidade de o relatório final incluir os problemas relacionados com a governação que teriam de ser resolvidos, incluindo a remoção de prioridades desactualizadas e a implementação de regras orçamentais mais rigorosas, para que as actividades possam ser priorizadas ou colocadas em segundo plano mais facilmente, consoante a necessidade. Foi também sugerido que os processos de orçamentação sejam melhor articulados com os processos de governação, em particular a apreciação e aprovação das implicações em termos de custos das resoluções e decisões antes da sua adopção, e que a deliberação do Comité do Programa, Orçamento e Administração ao Conselho Executivo seja alargada.

13. O Grupo de Trabalho solicitou mais esclarecimentos sobre as funções essenciais e os elementos centrais que representariam uma perspectiva consensual sobre as funções em necessidade urgente de financiamento sustentável. O potencial risco de liquidez caso os Estados-Membros não possam pagar deve ser tido em consideração, incluindo em relação aos actuais riscos de liquidez que o Secretariado enfrenta. Alguns Estados-Membros indicaram que fazer uma estimativa dos potenciais ganhos em termos de eficiência em dólares americanos e das lições retiradas da pandemia e de outras intervenções de saúde, incluindo o quadro de responsabilização com principais indicadores de desempenho adequados, seria útil, sobretudo para as discussões com os ministérios externos à esfera da saúde (p. ex., os ministérios das Finanças), cujo envolvimento seria necessário obter a respeito da

noção de um aumento das contribuições fixas. Outros manifestaram-se preocupados com o facto de a ajuda pública ao desenvolvimento não estar a ser incentivada.

14. O Grupo de Trabalho reconheceu que a questão do financiamento sustentável inclui mais do que um aumento das contribuições fixas e que deverão ser exploradas outras opções e ideias inovadoras, uma das quais foi a recomendação do IPPPR, com um terço do orçamento a ser financiado através de um mecanismo de reaprovisionamento. Foi realçada a necessidade de se articular claramente a vantagem competitiva da OMS face a outros intervenientes na saúde ao nível mundial.

15. Alguns membros do Grupo de Trabalho levantaram questões sobre um potencial modelo de reaprovisionamento e como este poderia funcionar em termos práticos. Alguns Estados-Membros também questionaram o quão atractivo este modelo poderia ser para os doadores, tendo em conta o mandato da OMS e a sua esfera geral de trabalho (em comparação com a GAVI e o Fundo Mundial, em que este tipo de modelos foram bem-sucedidos). No entanto, o consenso geral foi de que o modelo de reaprovisionamento deverá ser explorado mais aprofundadamente em combinação com o aumento do financiamento central das contribuições fixas, tendo sido observado que os reaprovisionamentos teriam de ser focados e ligados aos resultados.

16. A Sr.^a Jane Ellison, Directora Executiva para as Relações Externas e Governação, dirigiu-se ao Grupo de Trabalho e realçou o compromisso assumido pelo Secretariado para com a responsabilização e a transparência, que têm sido áreas fundamentais de investimento nos últimos anos. Alguns exemplos incluem a reformulação completa do processo do orçamento-programa com base numa abordagem ascendente e focada nos produtos; um quadro de resultados totalmente novo, elaborado em estreita colaboração com os Estados-Membros; e avaliações regulares das entregas de ajuda para alcançar as metas. Além disso, o inovador Portal do Orçamento-Programa da OMS forneceu pormenores precisos, com actualizações trimestrais sobre o orçamento da Organização, financiamento e progressos na execução, e ainda revisões programáticas anuais pormenorizadas. Houve também uma abordagem totalmente nova à apresentação de relatórios aos órgãos directivos, usando relatórios de resultados reformulados que privilegiam o impacto ao nível dos países.

17. Para além disso, o uso de uma tabela de pontuação harmonizada, que foi elaborada em concertação com os Estados-Membros, permitiu a avaliação do desempenho do Secretariado. O objectivo dos três mil milhões foi outra iniciativa nova que evoluiu a partir do *feedback* dos Estados-Membros sobre a necessidade de uma apresentação mais holística de relatórios. Em geral, foi salientado que a Organização levou muito a sério o compromisso assumido com a responsabilização e a transparência, e permaneceu aberta a compreender mais detalhadamente o que mais seria apreciado pelos Estados-Membros. No que toca à governação, a OMS soube tirar partido do facto de ser uma organização composta por Estados-Membros e foi a mais inclusiva no panorama mundial da saúde. Como resultado, uma OMS mais robusta permitiria conferir uma voz mais forte a todos os países e um aumento da responsabilização e da transparência apenas contribuiria para reforçar este aspecto.

18. O Grupo de Trabalho foi, em seguida, convidado a considerar quatro questões: i) se os Estados-Membros partilhavam a opinião de que pelo menos 50% do Orçamento-Programa deve ser financiado por contribuições fixas para garantir a integridade da OMS e salvaguardar a sua independência; ii) se os Estados-Membros partilhavam a opinião do IPPPR de que as contribuições flexíveis não destinadas a fins específicos deviam financiar integralmente todo o Orçamento-Programa de base; iii) se um aumento das contribuições fixas fosse acordado pelo Estados-Membros,

a partir de quando este aumento entraria em vigor; e iv) se os Estados-Membros concordariam em explorar o modelo de reaprovisionamento enquanto mecanismo de financiamento (que incluiria Estados-Membros e actores não estatais) para cobrir a parcela remanescente do Orçamento-Programa de base.

19. As quatro questões suscitaram um debate enriquecedor e muitos membros do Grupo de Trabalho tomaram a palavra para partilhar as suas reacções iniciais, observando que seriam necessários consultas adicionais com os governos nacionais antes de poderem ser dadas respostas definitivas. No entanto, as intervenções de muitas delegações evidenciaram que, para elas, manter o actual modelo de financiamento da OMS não era uma conclusão aceitável para o Grupo de Trabalho.

20. O Grupo de Trabalho expressou um amplo apoio ao financiamento sustentável do Orçamento-Programa de base da OMS. Muitos Estados-Membros apoiaram o financiamento flexível de todo o Orçamento-Programa de base ou das funções essenciais (como também são definidas), por uma questão de princípio, em dado momento no futuro. Muitos Estados-Membros também manifestaram apoio a um aumento das contribuições fixas, mas observaram que poderiam ser apresentadas para reflexão uma série de opções relativamente à percentagem geral. Os Estados-Membros observaram que qualquer aumento precisaria de ser implementado gradualmente ao longo do tempo e que seriam necessárias mais consultas para explorar em pleno as possibilidades neste sentido. Alguns Estados-Membros reconheceram os graves constrangimentos fiscais associados à pandemia da doença por coronavírus (COVID-19) e lembraram a necessidade de a OMS trabalhar com os recursos ao seu dispor e o actual nível de financiamento.

21. O Grupo de Trabalho manifestou amplo apoio a que se explore o que poderia ser o formato de um modelo de reaprovisionamento de fundos para a OMS, tal como proposto pelo IPPPR, para garantir que os doadores estão dispostos a contribuir através de uma plataforma deste tipo e que nenhum dos principais doadores fica para trás, caso este modelo seja implementado, e considerar outras questões principais, incluindo as partes da actividade da OMS que seriam melhor financiadas através deste modelo. No entanto, alguns Estados-Membros mostraram incerteza quanto à viabilidade de um modelo de reaprovisionamento para a OMS, mas permaneceram abertos a discussões posteriores neste sentido. Tendo isso em mente, o Grupo de Trabalho reconheceu o mérito em se consultar os principais doadores não estatais sobre um modelo de reaprovisionamento.

22. Muitos membros do Grupo de Trabalho também reflectiram ainda sobre a transparência e a responsabilização, expressando a sua gratidão ao Secretariado pelas diversas iniciativas em curso nessas áreas. Reconheceu-se que tais esforços contribuem para a capacidade de os Estados-Membros avançarem no sentido da disponibilização de financiamento mais flexível para a OMS. No entanto, para aumentar ainda mais a responsabilização e a transparência, reiterou-se que o Conselho Executivo deveria ser consultado a respeito das potenciais iniciativas do Secretariado e que deveria ser dada a devida consideração à sua estimativa dos custos e proposta de financiamento.

23. Houve consenso geral no Grupo de Trabalho de que as suas recomendações futuras deveriam levar em consideração alguns dos problemas de governação mencionados durante as deliberações. Foram levantados diversos problemas nesse contexto, nomeadamente a aprovação das implicações em termos de custos das resoluções e decisões antes da sua adopção, assim como os processos de revisão e aprovação orçamentais, incluindo a redefinição das prioridades. Foi feita uma proposta para organizar sessões suplementares para os órgãos directivos (p. ex., um reunião adicional e específica do Comité do Programa, Orçamento e Administração), destinada a discutir questões orçamentais,

uma vez que são necessários debates aprofundados para obter *feedback* e orientação neste tipo de assuntos.

24. Em resposta às solicitações dos Estados-Membros numa reunião anterior do Grupo de Trabalho, o Secretariado apresentou os pormenores técnicos da abordagem 2b revista, que define as funções essenciais com base no seu conteúdo ou propósito. A abordagem 2b revista incluiu o apoio aos países em todas as áreas técnicas, doenças não transmissíveis e determinantes sociais da saúde. O Secretariado explicou os pormenores técnicos de alto nível da abordagem 2b e apresentou os custos dos diversos elementos. Os membros do Grupo de Trabalho foram convidados a consultar a folha de cálculo que acompanhava a abordagem, para explorar mais aprofundadamente todos os pormenores associados.

25. Muitos membros do Grupo de Trabalho expressaram o seu apreço por terem recebido informações a respeito da abordagem 2b com um elevado grau de especificidade, observando que seria necessário mais tempo para explorar todos os pormenores. O Secretariado propôs uma sessão de trabalho prática e informal para se analisar a informação com membros interessados do Grupo de Trabalho, para se entender cabalmente os pormenores. Foram prestados esclarecimentos sobre o que se entendia por apoio aos países, fazendo-se referência às definições fornecidas no Décimo Terceiro Programa Geral de Trabalho¹ e no Orçamento-Programa 2020–2021, ao abrigo de cada produto. Foi proposto que se sobrepujasse o mapa térmico à abordagem 2b para direccionar a afectação dos recursos e alcançar o financiamento equitativo de todas as funções.

26. O Grupo de Trabalho concordou com uma proposta para o Secretariado organizar sessões de trabalho que forneçam explicações e informações mais detalhadas sobre a abordagem 2b, tendo em conta os diferentes fusos horários dos membros.

27. O Grupo de Trabalho concordou em transmitir as seguintes cinco perguntas à apreciação dos Estados-Membros dos Comitês Regionais:

- a) Os Estados-Membros partilham a opinião de que o segmento de base do Orçamento-Programa da OMS deve ser financiado por, pelo menos, 50% de contribuições fixas para garantir a integridade da OMS e salvaguardar a sua independência?
- b) Os Estados-Membros partilham a opinião do IPPPR de que o orçamento de base deve ser totalmente financiado por contribuições flexíveis não destinadas a fins específicos?
- c) Os Estados-Membros apoiariam a septuagésima quinta Assembleia Mundial da Saúde caso esta estipulasse o aumento das contribuições fixas e a adopção de um calendário de implementação progressiva?
- d) Os Estados-Membros concordam com as recomendações do IPPPR quanto à exploração de um modelo de reaprovisionamento para cobrir a parcela restante do segmento de base do Orçamento-Programa, tanto por parte dos Estados-Membros como dos actores não estatais?
- e) Quais são as melhores práticas e lições retiradas para a priorização nas regiões?

28. O Grupo de Trabalho concluiu as suas discussões de fundo e registou que iria reunir-se mais tarde em 2021 para discutir as lições retiradas das sessões aprofundadas de trabalho e do *feedback* dos Comitês Regionais.

¹ <https://www.who.int/about/what-we-do/thirteenth-general-programme-of-work-2019---2023> (consultado a 30 de Junho de 2021).